

## 9. MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ

Dos municípios catarinenses, São José é um dos que tiveram expressiva transformação nos últimos anos, destacando-se no cenário estadual e nacional. Possui hoje uma economia forte e diversificada que lhe dá a 5ª posição em arrecadação de ICMS e o 8º parque Industrial do Estado. São mais de 15.000 empresas trabalhando no município, o que assegura a geração de 60.000 empregos. Tem uma localização estratégica em relação aos grandes centros do Mercosul. Com um clima que varia entre 36º e 10º de temperatura, o Município dispõe de infra-estrutura urbana completa nos setores de educação, saúde, segurança, transporte e habitação. Com uma área de 115,7 Km², situado na Região Metropolitana da Grande Florianópolis, São José apresenta uma das principais forças econômicas do Estado. Da população total, cerca de 98,66% concentra-se na área urbana e apenas 1,34% reside na área rural. Registra-se a maior taxa de densidade demográfica de Santa Catarina, na ordem de 1.595,16 hab/ Km² (IBGE/2000). Cortado pela BR-101, é um pólo centralizador de novos empreendimentos, alvo de interesse de investidores. Considerado o 8º Município em arrecadação de ICMS no Estado, a consolidação do processo de crescimento é verificada ano após ano. No período de 1997/ 2003, verificou-se o incremento de novas empresas, correspondendo a 26,46% de indústrias, comércio em 50,73% e 37,86% de prestação de serviços.

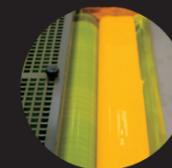
(Ver ANEXO III e IV).

## 9. DISTRITO INDUSTRIAL E CENTROS EMPRESARIAIS DE SÃO JOSÉ

Iniciado em 1975 pela então Companhia dos Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC, o Distrito Industrial de São José tornou-se a primeira área destinada à concessão de lotes, o que gerou forças ao município com a atração de novos ramos industriais. Ao todo, existem 61 (sessenta e uma) empresas instaladas no Distrito Industrial, dividido em setores A e B. No Distrito Industrial, encontram-se as maiores empresas do Município, geradoras de emprego e renda local. De acordo com dados da Secretaria Municipal da Receita, os tributos gerados pelas empresas do Distrito Industrial, correspondem à cerca de 15% da arrecadação total do Município, na ordem de R\$ 259 mil/ mês em média, resultando em R\$ 3.108 mil/ ano. (SICT – Nov. 2002)



FONTE: PMSJ





FONTE: PMSJ

### C.E. - CENTRO EMPRESARIAL DE FORQUILHAS

Lei Municipal n. 3.654/ 01

Localizado numa área de 130.440 m<sup>2</sup>, na Estrada Geral de Forquilhas – (Forquilhas), destina-se à instalação de empresas que desejarem se estabelecer no Município em terrenos de até 2 mil m<sup>2</sup>, concedidos através de licitação e concorrência pública, ficando cada empresa responsável pelo pagamento sob o lance mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) por m<sup>2</sup>, pagas em 10 (dez) parcelas mensais à Prefeitura Municipal, a título de custeio da infra-estrutura. Ficaram destinados os lotes a empresas de Eletroeletrônica, Metalmeccânica, Produtos Alimentares, Produtos Químicos, Higiênicos, Farmacêuticos, Hospitalares, Odontológicos, Educacionais, Utensílios Domésticos, Têxtil, Vestuário, Calçados, Artefatos de Tecidos e área para Cozinha Industrial. As obras estão em fase de conclusão, para posterior instalação das 37 empresas classificadas, que aconteceu durante o primeiro quadrimestre de 2003.

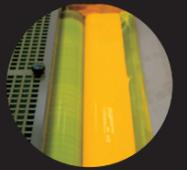
### C.E. – CENTRO EMPRESARIAL DO SERTÃO DO MARUIM

Lei Municipal n. 3.780/ 01

Situado numa área de 115.000 m<sup>2</sup>, na SC-407, Km 3,9 – Sertão do Maruim, destina-se à instalação de empresas que desejarem se estabelecer no Município em terrenos maiores do que a metragem dos lotes do C.E. de Forquilhas, ficando a empresa responsável pelo pagamento sob o lance mínimo de R\$ 5,00 (cinco reais) por m<sup>2</sup>, pagas em 10 (dez) parcelas mensais à Prefeitura Municipal, a título de custeio da infra-estrutura (água, esgoto, asfalto, luz e telefone). Encontra-se em fase de projeto de execução. Durante o 2º semestre de 2003, foi lançada a licitação para alienação das áreas às empresas cadastradas.

### C.E. – CENTRO EMPRESARIAL DE BARREIROS

Projeta-se a instalação do terceiro centro empresarial, próximo à Avenida das Torres, que possui uma extensão de 6 Km com 4 pistas de rolamento, ou seja, uma via de acesso ampla e moderna, localizada na divisa com o município de Biguaçu. Esta nova área possui 400.000 m<sup>2</sup> e servirá para empresas menores, como transportadoras e empresas de entrega, que possam ficar fora do centro da cidade em excelente logística, graças ao acesso rápido até a Rodovia BR-101.



## 11.DISTRITO INDUSTRIAL – PLANO DIRETOR PROPOSTO

O processo de planejamento e gestão dos municípios brasileiros percorre um processo difícil de mudança e transformação conceitual. Os princípios introduzidos pelo Estatuto da Cidade – Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001 – impõem a necessidade de uma profunda revisão do modo como o desenvolvimento urbano vem sendo conduzido nas últimas décadas. Tais princípios falam:

- da função social da propriedade;
- do desenvolvimento sustentável;
- das funções sociais da cidade;
- da igualdade e da justiça social;
- da participação popular.

Com o Estatuto da Cidade surge uma nova concepção de Plano Diretor, que procura superar alguns dos problemas e limitações da concepção tradicional presente na grande maioria – se não na totalidade – dos municípios brasileiros. Entre tais problemas estão, principalmente: a) a falta de priorização das ações, b) o caráter excessivamente normativo e regulador, c) a falta de uma visão para o Município como um todo, e d) a falta de integração entre o planejamento e a gestão urbana.

Segundo esta nova concepção, o Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o espaço urbano, construído de maneira coletiva e democrática, visando estabelecer os critérios e fazer cumprir a função social da propriedade urbana em prol do bem-estar coletivo, de uma maior justiça social e da melhoria da qualidade de vida da população, tanto as presentes quanto as futuras gerações.

Assim, é possível perceber que o Plano Diretor assume uma abordagem diferente em relação aos planos tradicionais. Agora, ao invés de ser um modelo de cidade pronto e acabado, a ser alcançado dentro de um período de tempo indefinido, ele passa a ser um referencial para as ações que determinam, no seu conjunto, o desenvolvimento urbano.

Integram estas ações, portanto, não apenas as iniciativas individuais dos proprietários particulares, mas também aquelas de iniciativa do poder público, que devem estar em consonância com os objetivos, princípios e diretrizes do Plano Diretor. Neste novo contexto do planejamento territorial brasileiro, o plano passa a integrar o processo de gestão municipal (conforme Art.40º-§1º - Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001), devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual, incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

O novo Plano Diretor de Desenvolvimento Físico-Territorial do Município de São José foi gerado com base nos princípios estabelecidos no Estatuto da Cidade. Ele foi o resultado de um processo participativo em que toda a população foi consultada e teve a oportunidade de expor seus principais problemas e inquietações, e definir os principais eixos estratégicos de intervenção utilizados como base para o lançamento das diretrizes do plano.

As estratégias compõem, portanto, a primeira parte do plano, e servem como um referencial para o Poder Público e para a iniciativa privada visando os principais aspectos do desenvolvimento físico-territorial do Município.



Os instrumentos do Plano Diretor compõem o Título II da Lei, e incluem, além daqueles instrumentos introduzidos pelo Estatuto da Cidade, as normas de uso e ocupação do solo e as normas de parcelamento do solo. Esta é uma diferença importante com relação ao plano atual, que trata tais elementos em leis distintas que, juntas, formam o plano diretor.

As normas de uso e ocupação do solo trazem uma inovação importante, pois descartam o zoneamento detalhado com índices diferenciados (e muitas vezes incoerentes) para pequenas áreas dentro da cidade, e adota um zoneamento baseado em macrozonas e zonas que oferecem um referencial espacial para as diretrizes a serem aplicadas ao Município. Complementando estas zonas, existem ainda as áreas especiais de interesse, que aplicam diretrizes específicas a áreas com características especiais, e a hierarquia do sistema viário, que atua como limitador das possibilidades de localização das atividades na malha urbana, de acordo com seu grau de incomodidade.

As normas de parcelamento do solo fornecem diretrizes para a transformação de glebas não urbanizadas em lotes aptos a serem ocupados. Elas definem mecanismos para coibir o surgimento de loteamentos com estrutura em espinha de peixe, e para garantir área suficiente para a implementação de equipamentos comunitários e áreas verdes, entre outras diretrizes.

Os demais instrumentos são aqueles introduzidos pelo Estatuto da Cidade. Este Plano Diretor estabelece as diretrizes para a elaboração das respectivas leis específicas e para sua implementação, garantindo que estas estejam de acordo com os objetivos e diretrizes, bem como com os demais instrumentos.

Trata-se, portanto, de um plano que promove a inversão de prioridades defendida pelo Estatuto, na medida em que questões, como o direito à terra urbana e à moradia; a proteção e conservação dos recursos naturais; a participação da população

nos processos decisórios; a função social da propriedade e da cidade e uma maior integração entre planejamento e gestão, entre outros, sejam tratados como prioridades.

A partir de tal mudança, consolida-se uma nova concepção do processo de desenvolvimento, fundamental para o surgimento de uma cidade mais justa, democrática e ambientalmente sustentável, onde as oportunidades sejam oferecidas a qualquer cidadão, e o futuro seja construído por todos. (fonte: documento da Pré Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor) (Ver ANEXO V).

#### PROPOSTA

Na Proposta de Projeto de Lei do Plano Diretor de São José a área em que hoje está localizado o Distrito Industrial será definida como AEIE – ÁREAS DE ESPECIAL INTERESSE ECONÔMICO. A AEIE fica localizada na Macrozona I, e é especificada como:

Zona Urbana em Consolidação – Definição: áreas de densidade média e baixa, com grande quantidade de vazios urbanos e potencial de adensamento. Objetivos: incentivar a ocupação de vazios urbanos, implementar os projetos de estruturação urbana, incentivar as centralidades locais.

PARÁGRAFO ÚNICO: as áreas industriais caracterizam-se pelo desenvolvimento predominante das atividades industriais com alto grau de incomodidade e potencial de impacto ambiental, seja de pequeno, médio e grande porte.

#### ART. 98. CONSTITUEM OBJETIVOS PARA AS ÁREAS INDUSTRIAIS:

- I- Manter e ampliar o parque industrial do Município;
- II- potencializar a atividade industrial;
- III- prevenir e mitigar os impactos ambientais das atividades desenvolvidas, zelando pela saúde, bem-estar da população e qualidade ambiental;
- IV- permitir o monitoramento e o controle ambiental;
- V- assegurar condições de localização das atividades industriais compatíveis com a capacidade de escoamento.



- PEREIRA, Fernando O. R. Curso Iluminação Natural no Ambiente Construído. Gramado. Curso ministrado durante o III Encontro Nacional e I Encontro Latino Americano de Conforto no Ambiente Construído. 1995. p. 11 e 27 a 31.
- BOHN, Adolar Ricardo. Combate de Incêndio. Florianópolis. Apostila da disciplina ECV 5644 – Instalações Prediais II. 1999. p. 2 a 12.
- ASHARE. Handbook of Fundamentals, American Society of Heating Refrigerating and Air Conditioning Engineers. New York, USA.
- LEITURA DA CIDADE DE SÃO JOSÉ, SC (TENDÊNCIAS E POTENCIAIS). GT-CADASTRO/FEESC/UFSC, abril 2004.
- PRÉ-PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR DE SÃO JOSÉ. GT-CADASTRO/FEESC/UFSC, junho 2004.
- PROPOSTA DE PROJETO DE LEI DO PLANO DIRETOR DE SÃO JOSÉ. GT-CADASTRO/FEESC/UFSC, setembro 2004.
- NONO ANÚARIO BRASILEIRO DA INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Abigraf, 2004/2005. Anual. ISSN 1414-2791.
- MOLON, Moacir. CONSTANTIN, André. Somos Filhos da Terra. Caxias do Sul. Editora São Miguel, 2002. p.p.14 a 49.
- ARTE E INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Abigraf, novembro 2004, nº214. Bimestral. ISSN0103-572X.
- ARTE E INDÚSTRIA GRÁFICA. São Paulo: Abigraf, janeiro 2005, nº215. Bimestral. ISSN0103-572X.
- REVISTA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO, ACABAMENTO E EMBALAGEM. São Paulo: PrintCom, março/abril 2004, nº02/2004. Bimestral.
- REVISTA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO, ACABAMENTO E EMBALAGEM. São Paulo: PrintCom, julho/agosto 2004, nº04/2004. Bimestral.
- REVISTA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO, ACABAMENTO E EMBALAGEM. São Paulo: PrintCom, novembro/dezembro 2004, nº06/2004. Bimestral.
- REVISTA TÉCNICA INDEPENDENTE PARA PRÉ-IMPRESSÃO, IMPRESSÃO, ACABAMENTO E EMBALAGEM. São Paulo: PrintCom, janeiro/fevereiro 2005, nº01/2005. Bimestral.
- ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), NBR 5413 – Iluminância de interiores. Rio de Janeiro. 1991.
- Internet (http://) :  
[www.pmsj.sc.gov.br](http://www.pmsj.sc.gov.br)  
[www.abigraf.org.br](http://www.abigraf.org.br)  
[www.gpg.com.br](http://www.gpg.com.br)  
[www.guiadografico.com.br](http://www.guiadografico.com.br)  
[www.singraf.com.br](http://www.singraf.com.br)  
[www.abigrafsc.org.br](http://www.abigrafsc.org.br)  
[www.set.sc.gov.br](http://www.set.sc.gov.br)  
[www.abtg.org.br](http://www.abtg.org.br)  
[www.abraform.org.br](http://www.abraform.org.br)  
[www.elbert.com.br](http://www.elbert.com.br)  
[www.printerspainspain.com](http://www.printerspainspain.com)



[www.coan.com.br](http://www.coan.com.br)  
[www.ipsis.com.br](http://www.ipsis.com.br)  
[www.ingra.com.br](http://www.ingra.com.br)  
[www.colorg.com.br](http://www.colorg.com.br)  
[www.efeito.com.br](http://www.efeito.com.br)  
[www.globocochrane.com.br](http://www.globocochrane.com.br)  
[www.photolar.com.br](http://www.photolar.com.br)  
[www.rwagrafica.com.br](http://www.rwagrafica.com.br)  
[www.baumgarten.com.br](http://www.baumgarten.com.br)  
[www.maquinasgraficas.com.br](http://www.maquinasgraficas.com.br)  
[www.embanor.com.br](http://www.embanor.com.br)  
[www.editorasaomiguel.com.br](http://www.editorasaomiguel.com.br)  
[www.casaeficiente.com.br](http://www.casaeficiente.com.br)  
[www.43sa.com.br](http://www.43sa.com.br)  
[www.graficarocha.com.br](http://www.graficarocha.com.br)  
[www.cassol.ind.com.br](http://www.cassol.ind.com.br)  
[www.mte.gov.br/Empregador](http://www.mte.gov.br/Empregador)  
[www.etfce.br/Pesquisa/dippg/metodologia](http://www.etfce.br/Pesquisa/dippg/metodologia)  
[www.ct.ufpb.br/producao/ceset/arg/](http://www.ct.ufpb.br/producao/ceset/arg/)  
[www.eps.ufsc.br](http://www.eps.ufsc.br)  
[www.edifique.arq.br](http://www.edifique.arq.br)  
[www.arcoweb.com.br/tecnologia](http://www.arcoweb.com.br/tecnologia)  
[www.master.iag.usp.br/conforto/explicacao.html](http://www.master.iag.usp.br/conforto/explicacao.html)  
[www.ebanataw.com.br/roberto/conforto/fabrica.htm](http://www.ebanataw.com.br/roberto/conforto/fabrica.htm)  
[www.ipt.br/tecnologia/chat/](http://www.ipt.br/tecnologia/chat/)  
[www.divsom.com.br/new/noticias](http://www.divsom.com.br/new/noticias)  
[www.arqtech.com.br](http://www.arqtech.com.br)  
[www.catep.com.br/dicas/CONFORTOACUSTICO.htm](http://www.catep.com.br/dicas/CONFORTOACUSTICO.htm)  
[www.iaars.org](http://www.iaars.org)  
[www.biografiasyvidas.com](http://www.biografiasyvidas.com)  
[www.clintock.com](http://www.clintock.com)

- Entrevistas:  
Sr. Valdemar ABIGRAF SANTA CATARINA (Associação Brasileira da Indústria Gráfica).  
Arg. Edson Luís Cattoni (Coordenador da Equipe Técnica da UFSC, Elaboração da Proposta Plano Diretor do Município de São José). GT-CADASTRO/FEESC/UFSC.  
Sr. Arnóbio Ex-Secretário Municipal de São José da Indústria, Comércio e Turismo.  
Sr. Emir Slengmann Elbert Diretor Geral Elbert Ind. Gráfica.  
Sr. Patrick da Silva Elbert Diretor Comercial Elbert Ind. Gráfica.  
Sr. Augusto César Diretor Geral Editora São Miguel.  
Sra. Magda dos Santos Secretária Geral Embanor Embalagens.  
Sra. Cristiane da Silva Ribeiro Atendente Coan Gráfica – Editora - CtP.  
Sra. Rosecleia Quevedo Silva Atendente Coan Gráfica – Editora – CtP.  
Sra. Débora Lopes dos Anjos Gerente de Produção Floriprint Ind. Gráfica.  
Sr. Fábio da Silva Diretor Comercial Rocha Soluções Gráficas.  
Sr. Wolf Wirth Gerente de Produção 43SA. Gráfica e Editora.  
Sr. Haro Diretor de Produção 43SA. Gráfica e Editora.  
Sr. Jocelly Jaques da Cruz Diretor Geral Editograf.

